

# No Brasil, ser mulher e jornalista é um risco, mas não vamos recuar

**([Universa](#) | 14/07/2021 | Por Maria Esperidião)**

Diariamente, as mulheres jornalistas no Brasil tentam se desviar de escuridão e lama para exercerem o direito constitucional de trabalhar livremente como colunistas, repórteres, editoras, apresentadoras, analistas, fotógrafas e cinegrafistas.

Na última semana, organizações de classe, colegas, políticos e entidades civis internacionais prestaram solidariedade à [Juliana Dal Piva](#), jornalista do UOL [atacada por Frederick Wassef](#), advogado da família Bolsonaro. A respeito desse ato covarde, outra ilusão se desfez.

A hostilidade à [colunista](#) põe abaixo a ideia de que a estratégia de calar a imprensa por parte do governo e de seus apoiadores seria ampla, sem um “alvo específico”. A misoginia e a intolerância à presença das mulheres nos espaços públicos se tornaram um elemento fundamental para entender a natureza desses ataques.

Nem sempre o emaranhado de estatísticas nos ajuda a dimensionar como o machismo se manifesta no Brasil. É preciso mergulhar mais. Levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) mostra que, em 2020, 56,8% das vítimas de ataques no meio digital eram mulheres jornalistas. Se olharmos para os dados de ataques protagonizados pelo presidente [Jair Bolsonaro](#), a proporção é mais alarmante: dois homens já foram vítimas de insultos, enquanto sete mulheres se tornaram alvos diretos de ofensas do presidente, somente no primeiro semestre de 2021.

Um estudo exploratório dos ataques realizados nas redes sociais contra duas jornalistas mulheres, Patricia Campos Mello (Folha de S.Paulo) e Vera Magalhães (TV Cultura/O Globo), e contra um jornalista homem, Ricardo Noblat (Metrópoles), ressalta claramente as diferenças.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

---

# Abraji: Rotina de ameaças e linchamento às mulheres jornalistas é diária, por Cristina Zahar, Letícia Kleim e Maria Esperidião

**(Universa - UOL | 22/05/2021 | Por Cristina Zahar, Letícia Kleim e Maria Esperidião)**

Chorume, prostituta profissional, porca mentirosa, velhota ordinária, filha da puta maldita, cadela comunista, vaca, monstra, cheiradora de pó, égua, piranha rampeira, putinha de esquerda, vadia, bruxa, macaca, projeto escuro de blogueira, tosca, plastificada, pelancuda. É assim que milícias virtuais se referem às mulheres jornalistas no exercício da profissão. Na última semana, a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) vem registrando a brutalidade dos ataques a colunistas, apresentadoras e repórteres. O linchamento virtual coincide com o acirramento da crise política à luz dos trabalhos da [CPI da Covid](#).

Apenas em 2021, o monitoramento de violações à liberdade de imprensa feito pela Abraji registrou ao menos 15 casos de mulheres jornalistas que sofreram ataques, entre agressões físicas, discursos estigmatizantes e campanhas sistemáticas de desprestígio realizadas pelas redes sociais.

Ofensas misóginas, comentários pejorativos e ameaças de morte levaram mulheres a fechar temporariamente suas redes sociais só por exercer a profissão de jornalista. Muitos casos chegam à Abraji com um pedido de

socorro acompanhado do medo de denunciar. Há sinais claros de subnotificação, sobretudo fora das grandes capitais e em cidades onde o banditismo e as esferas de poder estão imbricados.

***\*Cristina Zahar é secretária-executiva da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo); Letícia Kleim monitora os casos de violência contra jornalistas na Abraji; e Maria Esperidião é gerente-executiva da Abraji***

**[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)**

---

## **Seminário Mulheres no Jornalismo - 08/03/2021, às 14h**

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, a Embaixada e os Consulados dos Estados Unidos, em parceria com Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), realizam, **no dia 8 de março**, o evento online “Mulheres no Jornalismo”. O seminário gratuito reunirá mulheres de diversos segmentos do mercado de comunicação para discutir sobre a representatividade feminina no cenário atual.

O seminário tem como objetivo debater os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão jornalística, suas realizações e questões específicas para que atuem em diversas mídias jornalísticas no Brasil e EUA.

Dividido em três painéis de duas horas de duração, os debates serão em português e inglês (com tradução simultânea) e permitirão uma comparação da luta pela igualdade de gêneros para melhorar o ambiente profissional das jornalistas em ambos os países.

# Painéis

---

## **Como se defender contra ataques on-line e presenciais com viés de gênero**

14h - horário de Brasília | português e inglês - com tradução simultânea

*Participantes: Elisa Muñoz, Angelina Nunes, Natalie Southwick -*

*Moderadora: Natália Mazotte*

## **O que Brasil e EUA têm feito para proteger as jornalistas**

16h - horário de Brasília | português e inglês - com tradução simultânea

*Participantes: Nina Jankowicz, Patrícia Campos Mello, Schirlei Alves -*

*Moderadora: Semayat Oliveira*

## **Ferramentas para enfrentar o assédio e discriminação racial nas redações**

18h - horário de Brasília | português e inglês - com tradução simultânea

*Participantes: Nikole Hannah-Jones (TBC), Dorothy Tucker (TBC), Flavia*

*Lima - Moderadora: Basilia Rodrigues*

## **Mais informações e inscrições no link:**

[https://congresse.me/eventos/mulheresnojornalismo.](https://congresse.me/eventos/mulheresnojornalismo)

Seminário on-line

MULHERES  
NO JORNALISMO

8 de março de 2021

14H\* - COMO SE DEFENDER CONTRA ATAQUES  
ON-LINE E PRESENCIAIS COM VIÉS DE GÊNERO

16H\* - O QUE BRASIL E EUA TÊM FEITO PARA  
PROTEGER AS JORNALISTAS

18H\* - COMO ENFRENTAR A DISCRIMINAÇÃO  
RACIAL NAS REDAÇÕES

\* Horário de Brasília

Realização:



U.S. Embassy and Consulates

ABRAJI



abraji\_

# Quem tem apreço pela democracia precisa defender as vozes das jornalistas, escrevem diretoras da Abraji

*Alvos prioritários de ofensas de cunho machista e misógino são profissionais que se destacaram por revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro*

[\(Folha de S.Paulo, 08/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

No rol de estratégias utilizadas para minar instituições democráticas, atacar

a imprensa livre é uma velha conhecida. Uma face perversa dessa prática vem se manifestando de forma mais recorrente no Brasil, com apoio e participação direta do presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos: [ofensas de cunho machista e misógino](#), com o claro intuito de ferir a credibilidade e intimidar jornalistas mulheres.

Os alvos prioritários são profissionais que se destacaram por investigar e revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro. É o caso de Constança Rezende, Míriam Leitão, Juliana Dal Piva, Marina Dias, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães. São comuns xingamentos de “vadia”, “prostituta” e insinuações de que mulheres jornalistas venderiam seu corpo por notícia.

Os ataques mais abjetos foram dirigidos [contra Patrícia Campos Mello, da Folha de S.Paulo](#), em fevereiro.

Uma enxurrada de imagens e termos de baixo calão se espalhou pelas redes sociais depois que o deputado federal Eduardo Bolsonaro propagou a versão de uma [testemunha da CPMI das Fake News](#), de que a jornalista teria oferecido sexo em troca de informações.

As grosserias foram repetidas pelo presidente, mesmo depois de a jornalista apresentar provas de que a testemunha mentira. Na verdade, as mensagens trocadas com a fonte revelam o contrário: a repórter é quem foi assediada.

Análise das postagens no Twitter durante esse episódio evidencia o foco dos ataques em jornalistas mulheres: os perfis que mais receberam respostas foram os de Patrícia Campos Mello, Vera Magalhães, Míriam Leitão, Andréia Sadi e Mônica Waldvogel.

Casos assim se acumulam desde o início do governo Bolsonaro. Em março de 2019, o presidente e seus apoiadores difundiram nas redes sociais declarações distorcidas da repórter Constança Rezende, então no Estado de S. Paulo. Informações falsas também foram utilizadas para desabonar Míriam Leitão. Jair Bolsonaro mentiu ao afirmar que a jornalista e colunista de O Globo integrara a luta armada contra a ditadura militar e que nunca havia sofrido tortura.

Pesquisa lançada em 2018 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com a Gênero e Número, revelou que 84% das jornalistas já sofreram alguma situação de violência psicológica no trabalho, incluindo insultos presenciais ou pela internet, humilhação em público, abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e ameaças pela internet. Além disso, 70% delas já se sentiram desconfortáveis após abordagens de homens no trabalho.

Esse ambiente hostil se exacerba quando o ocupante da Presidência da República se soma aos que atacam as jornalistas. Não são apenas elas que perdem. Ecoar o machismo e a misoginia aumenta o risco para todas as mulheres brasileiras. Desgastar a liberdade de imprensa desfia o nosso já puído tecido democrático.

Aqueles que têm apreço pela democracia precisam defender as vozes das mulheres jornalistas e se opor às tentativas de intimidá-las. Caladas, jamais serão.

*Amanda Rossi, Cristina Zahar, Katia Brembatti, Maiá Menezes, Natalia Mazzote e Thays Lavor são diretoras da Abraji.*

---

## **Porte de arma de fogo por jornalistas gera risco aos profissionais, aponta Abraji**

Jornalistas que atuem em cobertura de assuntos policiais poderão portar arma de fogo, segundo o [Decreto 9.785/2019](#), publicado no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (8.mai.2019). Por considerar que a medida gera o risco de transformar repórteres em alvo de violência, a Abraji defende a revogação do trecho do decreto que se refere especificamente a profissionais de imprensa.

[\(Abraji, 08/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nos 16 anos em que a Abraji oferece treinamentos de segurança a jornalistas em parceria com organizações internacionais como o International News Safety Institute (INSI), o porte de armas jamais foi apresentado como forma de proteção.

Há ações mais indicadas para aumentar a segurança de quem se arrisca para informar a população, como a estruturação adequada do [Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Ambientalistas e Comunicadores](#).

Repórteres experientes alertaram para o risco trazido pelo decreto. “Com uma canetada, Bolsonaro transformou repórteres em alvo dos bandidos”, [escreveu](#) Fernando Molica, ex-diretor da Abraji. Para Molica, cria-se a expectativa de que jornalistas podem atirar e, por isso, devem ser alvejados antes.

Carlos Wagner, jornalista com mais de 30 anos de carreira homenageado pela Abraji em 2017, considera que armar um jornalista não o deixa mais seguro. “Já viajei por todo o país e sei que há regiões onde trabalhar como repórter é uma sentença de morte, mas não é uma arma na mão que irá resolver a situação”, disse. “A única arma que um jornalista deve carregar é a caneta.”

**Diretoria da Abraji, 8 de maio de 2019.**

---

**Sensibilidade é crucial para produzir matérias que tratam da**



# violência contra a mulher

*Reportagens sobre feminicídio e exploração sexual infantil exigem perspectiva mais humana sobre histórias*

**[\(Congresso Abraji, 28/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O olhar humano e a vulnerabilidade de vítimas da violência são preocupações essenciais na cobertura de histórias sobre feminicídio e exploração sexual infantil. As jornalistas Carolina OMS e Amanda Célio, ambas da revista digital Az mina, junto com Julianna de Melo e Ciara Carvalho do Jornal do Commercio, valorizam esse tipo de abordagem nos projetos ‘As meninas de minas’ e #UmaPorUma.

As iniciativas dos dois grupos foram destaque na palestra sobre ‘Mulheres, violência e a sensibilidade para contar as histórias’, no 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo . A revista [Azmina](#) existe há três anos, é um projeto sem fins lucrativos que busca, através do jornalismo, informar e combater os diversos tipos de violência contra a mulher.

Em 2017, lançaram um edital que ofereceria financiamento para a produção de uma matéria, sendo escolhido o projeto ‘As meninas de minas’ da jornalista Amanda, mineira e assessora de imprensa, que fala sobre exploração sexual infantil nas estradas de Minas Gerais. A repórter conta que guardou esse tema por nove anos até ter a chance de produzi-lo.

Já o projeto [#UmaPorUma](#) nasceu em janeiro de 2018 com o intuito de mapear todas as mortes de feminicídio no estado de Pernambuco ao longo desse ano. Ele é encabeçado por jornalistas do Jornal do Commercio de Pernambuco. Hoje conta com 29 profissionais envolvidos, desde cientistas de dados até design gráficos que auxiliam nas ilustrações dos casos e na construção do site.

As quatro jornalistas relataram os desafios de produção das reportagens em ambos os projetos. Segundo Carolina, editora da matéria “As Meninas de Minas”, o maior desafio foi não entrevistar as crianças exploradas sexualmente. Durante a apuração, ela sentiu certa estranheza ao não ter os

relatos das vítimas no texto, mas depois de toda a reportagem concluída viu que esse era o seu grande diferencial humanizador, pois entrevistá-las seria fazer com revissem esse trauma e suas dores.

Um debate surgiu a respeito da exposição dos rostos e cenas dos crimes de feminicídio no projeto #UmaPorUma, e as jornalistas chegaram ao consenso de que seria importante trazer essas informações. Para Ciara, a cena do crime diz muito sobre o motivo das mortes dessas mulheres, por isso optaram por utilizar ilustrações no lugar dessas imagens. Já a foto de identificação das vítimas no site do projeto é escolhida junto com a família, num processo de resgate da memória e da história daquela pessoa.

### **Envolvimento do jornalista**

Uma das questões trazidas durante o debate na palestra, foi sobre a questão do envolvimento entre o jornalista e uma pauta. A opinião de Amanda é que esse envolvimento é inevitável, porém ela destaca que durante a apuração sobre exploração sexual infantil, tentou se distanciar um pouco para que conseguisse extrair informações importantes dos caminhoneiros, que por muitas vezes são agentes participativos da exploração. Se não tivesse mantido essa postura, talvez não conseguisse informações cruciais para a reportagem.

“Eu fui com nível de concentração e uma carga de responsabilidade muito alta”, conta Amanda. No entanto, durante a produção, ela se deparou com uma frase, dita por uma prostituta, que a tocou muito “você podia fazer matéria aí, né? Matéria de tirar a gente daqui”, repetiu a jornalista com a voz embargada, “isso mostra que elas não estão ali necessariamente porque querem”, completa. Já para Ciara, o envolvimento é necessário e inevitável numa pauta que exige sensibilização.

A humanização no jornalismo, tema do debate, pode variar dependendo da pauta e seu contexto. Mas um fator comum, que foi trazido na fala de Amanda, traduz o que um projeto de jornalismo humanizado precisa defender: “as pessoas vêm antes das histórias”. Carolina destacou que com preparação, a abordagem humanizada vai se tornando natural e, especificamente para cobertura de temas relacionados a mulher, indicou o

manual de redação do [Think Olga](#).

Ciara sintetiza essa trajetória, intitulando esse jornalismo como de guerrilha, “no sentido mais verdadeiro de transformação” e completou mais tarde “deixar de fazer é não existir e não há essa opção”.

*O 13º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo é uma realização da Abraji e da Universidade Anhembi Morumbi com o patrocínio de Google News Lab, Grupo Globo, Facebook Journalism Project, Mcdonald’s, Estadão, Folha de S.Paulo, Gol, Itaú, Nexo Jornal, Twitter e UOL, e apoio da ABERT, ANJ, ANER, Comunique-se, BuzzFeed, Consulado dos Estados Unidos, ETCO, FAAP, Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Revista Piauí, Jornalistas & Cia., Knight Center for Journalism in the Americas, OBORÉ Projetos Especiais, Portal Imprensa, Textual e UNESCO. Desde sua 5ª edição, a cobertura oficial é realizada por estudantes do Repórter do Futuro, sob a orientação de coordenadores do Projeto e diretores da Abraji.*

---

## **Projeto sobre feminicídio #UmaPorUma é apresentado em congresso em SP**

*Iniciativa do Sistema Jornal do Commercio monitora casos de feminicídio registrados em Pernambuco ao longo de 2018*

**[\(JC Online, 28/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O projeto #UmaPorUma, que está monitorando os casos de feminicídio registrados em Pernambuco ao longo de 2018, foi um dos destaques da abertura do 13º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), um dos principais eventos de mídia e tecnologia do País. O projeto do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC) -

que mistura jornalismo de dados com relatos emocionantes, além de acompanhamento do desdobramento dos casos - foi apresentado pelas coordenadoras da iniciativa, a repórter especial do JC Ciara Carvalho e a assistente de edição do NE10 Julliana de Melo.

As duas lideram uma equipe de 29 mulheres de todo o SJCC (que além do NE10 e JC, também é composto pela TV Jornal e pela Rádio Jornal), que colhem os relatos e acompanham seus desdobramentos. A designer Karla Tenório é responsável pelo projeto gráfico do impresso e faz parte da equipe de designers do especial multimídia. O projeto tem ainda a participação de alguns homens do sistema, como o ilustrador Ronaldo Câmara, os designers Bruno de Carvalho e Moisés Falcão e o estatístico Diogo Azevedo.

Ciara e Julliana relataram os bastidores do projeto no painel “Mulheres, violência e a sensibilidade para contar as histórias”, realizado no auditório da Universidade Anhembi Morumbi, na abertura do Congresso da Abraji, na manhã desta quinta (28). Elas dividiram o palco com Carolina Oms e Amanda Célio, da revista As Minas, que realizou uma ampla reportagem sobre exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas de Minas Gerais. O debate foi mediado pela jornalista Débora Prado, do Instituto Patrícia Galvão.

### **Além das estatísticas**

“Nós queremos contar as histórias dessas mulheres, não ficar só nas estatísticas”, explicou Ciara. “É um projeto de sororidade a toda prova”, complementou. Ao longo do projeto, foram realizadas reuniões com autoridades policiais, Ministério Público e Justiça, com o objetivo de buscar o nome e a história de cada vítima. E mês a mês, além da atualização da estatística, é possível ver o acompanhamento de inquéritos e processos judiciais.

Julliana de Melo chama pelo nome cada uma das mulheres que morreram vítimas de maridos, namorados, ex-companheiros ou outros agressores próximos este ano. Ela lembra que muitas vezes os crimes não são classificados como feminicídio no início, mas ao longo da investigação se prova que a morte está ligada à questão de gênero.

O resultado é exposto mensalmente nas páginas do JC e na versão digital do projeto, onde é possível buscar os casos pesquisando pelo nome da vítima, localidade, idade e parentesco com o agressor, entre vários parâmetros. As chocantes cenas de crime são transformadas em ilustrações que expõem a dor, mas não a vítima que já foi alvo de crueldade. Julliana acrescentou que o objetivo final é escrever um código de conduta de boas práticas jornalísticas sobre o tema e transformar o vasto trabalho em um livro, em 2019.

---

# Últimas semanas do edital “Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública”

*Inscrições estão abertas até 2 de maio e jornalistas profissionais de todos os níveis de experiência podem participar*

O edital **Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública** tem o objetivo de estimular a produção e veiculação de reportagens investigativas sobre questões e histórias pouco exploradas pela imprensa e que contribuam para o aprofundamento do debate público sobre a problemática do aborto no país a partir de uma perspectiva de direitos humanos e saúde pública.

Uma realização do Instituto Patrícia Galvão, a iniciativa conta com apoio institucional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Global Health Strategies Brasil.

*“Um tema relevante e complexo como o aborto precisa ser apurado com tempo e profundidade, algo que o cotidiano dos jornalistas nem sempre*

*permite. O edital é uma forma de encorajar esse tipo de trabalho e, assim, fomentar um debate qualificado e necessário”, afirma Marina Atoji, gerente executiva da Abraji.*

Serão selecionadas cinco propostas, apresentadas individualmente ou em equipe, que foquem em um ou mais dos seguintes temas/questões: 1) Impactos do aborto clandestino na vida das mulheres; 2) Perversidades na rota clandestina do aborto; 3) Obstáculos nos serviços de saúde para o acesso ao aborto garantido por lei; 4) O papel dos profissionais de saúde; 5) Aborto: uma pauta permanente no Congresso; e 6) Desafios para ampliação do aborto seguro no Brasil. Acesse o [edital completo](#) para mais detalhes.

Cada uma das cinco propostas selecionadas contará com apoio financeiro de até R\$ 10.000,00 e deverá ser desenvolvida e veiculada no prazo de até quatro meses a partir da data de recebimento do financiamento.

Prazo para envio da proposta: **até 2 de maio de 2018.**

As propostas devem ser enviadas [neste formulário](#).

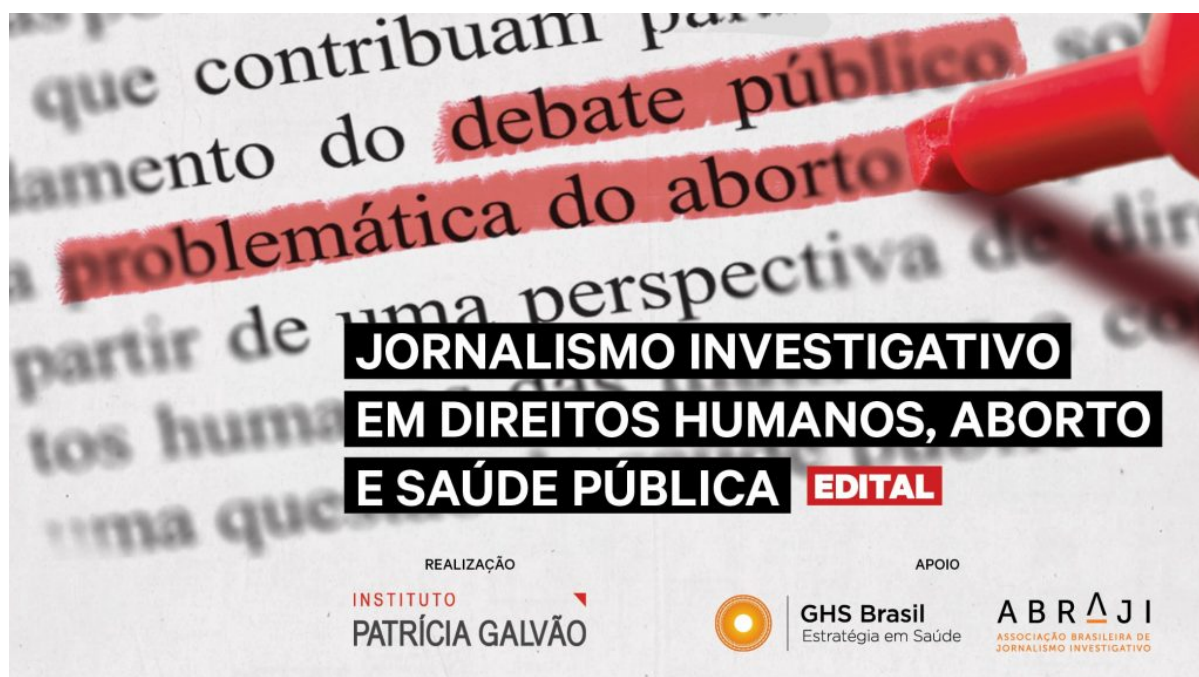
Para onde enviar a proposta: **concurso@patriciagalvao.org.br**

Divulgação do resultado: **a partir de 21 de maio de 2018.**

**[Saiba mais consultando o edital.](#)**

---

**Instituto Patrícia Galvão apoiará  
reportagens inovadoras sobre  
direitos, aborto e saúde**



O edital financiará cinco propostas de reportagens investigativas com ângulos ainda pouco explorados sobre a problemática do aborto no Brasil, oferecendo a jornalistas oportunidades para investigar, pesquisar a fundo, apurar dados, consultar especialistas e desenvolver conteúdos instigantes e de interesse público sobre o tema.

Dirigido a jornalistas profissionais com todos os níveis de experiência, o edital **Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública** conta com apoio institucional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Global Health Strategies Brasil.

O objetivo do edital é estimular a realização de reportagens investigativas sobre questões e histórias pouco exploradas pela imprensa e que contribuam para o aprofundamento do debate público sobre a problemática do aborto no país a partir de uma perspectiva de direitos humanos e saúde pública.

Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, reforça a importância da mídia em garantir acesso à informação sobre temas complexos como o do aborto. “A mídia desempenha um papel crucial na percepção que a sociedade tem sobre o aborto, e este edital busca incentivar reportagens baseadas em evidências e histórias que nos ajudem a olhar para

este tema com a seriedade que ele requer”, afirma.

Serão selecionadas cinco propostas que foquem em um ou mais dos seguintes temas/questões: 1) Impactos do aborto clandestino na vida das mulheres; 2) Perversidades na rota clandestina do aborto; 3) Obstáculos nos serviços de saúde para o acesso ao aborto garantido por lei; 4) O papel dos profissionais de saúde; 5) Aborto: uma pauta permanente no Congresso; e 6) Desafios para ampliação do aborto seguro no Brasil. Acesse o edital completo para mais detalhes.

Cada uma das cinco propostas selecionadas contará com apoio financeiro de até R\$ 10.000,00 e deverá ser desenvolvida e veiculada no prazo de até quatro meses a partir da data de recebimento do financiamento.

Prazo para envio da proposta: **até 2 de maio de 2018.**

As propostas devem ser enviadas [neste formulário](#).

Para onde enviar a proposta: **concurso@patriciagalvao.org.br**

Divulgação do resultado: **a partir de 21 de maio de 2018.**

[Saiba mais consultando aqui o edital.](#)

---

# **Abraji e Gênero e Número lançam site com dados sobre violência contra mulheres jornalistas**

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número realizaram uma pesquisa inédita no Brasil, com o apoio do Google



News Lab, para investigar os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão jornalística.

**(Mulheres no Jornalismo - acesse o site de origem)**

Identificar a situação das jornalistas nas redações, os tipos de assédio e violência que enfrentam em suas rotinas de trabalho e como respondem a eles, suas posições hierárquicas e o modo como enxergam a perspectiva de gênero nas coberturas é essencial para compreender o papel da mídia - interna e externamente - nas assimetrias de gênero.